

MAD MAD MAD MAD MAD MAD MAD MAD MAD MAD MAD MAD MAD MAD MAD MAD

MOVIMENTO PARA O APROFUNDAMENTO DA DEMOCRACIA

Caderno nº 1

Áreas de Referência - Documento de base e propostas alternativas apresentados e aprovados na generalidade no II Plenário Nacional do MAD, Porto, 21-22 de Jan. de 1984.

## Fundação Cuidar o Futuro

---

TEMAS TEMAS TEMAS TEMAS TEMAS TEMAS TEMAS TEMAS TEMAS TEMAS

CADERNOS CADERNOS CADERNOS CADERNOS CADERNOS CADERNOS do

MAD

morada provisória: Rua Luciano Cordeiro, 24-6ºB, 1100 Lisboa

---

MAD MAD MAD MAD MAD MAD MAD MAD MAD MAD MAD MAD MAD MAD MAD MAD



MOVIMENTO PARA O APROFUNDAMENTO DA DEMOCRACIA

Plenário Nacional - Porto - 21 e 22 Janº. de 1984

ÁREAS DE REFERENCIA

Nota prévia

O Documento "Áreas de Referência" distribuído em Dezembro como documento de apoio ao II Plenário Nacional era, em si, o resultado de um processo de elaboração que passou por diversas versões e contributos, quer a nível da Coordenadora Nacional quer de diversos militantes do MAD.

Do processo de discussão e crítica que precedeu o Plenário do Porto chegaram CCN sete contributos e propostas de alteração. Durante o Plenário foram apresentadas algumas outras.

Fundação Cuidar o Futuro

O Documento aprovado na generalidade no Plenário com o acolhimento das propostas de alteração constitui já património colectivo. Todavia, a CCN decidiu não proceder, de imediato, à integração das diversas propostas e divulgá-las em anexo. Preserva-se, assim, o carácter aberto do documento, estimulando-se novas reflexões e contributos.



INDICE

## ÁREAS DE REFERENCIA - DOCUMENTO BASE

- I - Quadro de Referência: a sua necessidade. Pg. 3  
 II - Critérios de Intervenção. Pg. 4  
 III - Grandes Áreas - Tema: Pg. 7
- a) - Área da Regionalização - do Poder Local - da Gestão de Recursos - do Ambiente; Pg. 8  
 b) - Área da Produção - do Consumo e das respectivas articulações sociais, espaciais e sectoriais; Pg. 9  
 c) - Área dos Movimentos Sociais e da Transformação do Estado: Pg. 10  
 d) - Área da Cultura, da Comunicação Social e do Ensino; Pg.11  
 e) - Área das Relações Exteriores do Estado e da Sociedade. Pg. 13
- IV - Projectos Possíveis, a Título de Exemplo. Pg. 13

## ANEXOS

1. - Críticas Globais
- 1.1. - Grupo de Trabalho "Contra o Fascismo Quotidiano-Para um Funcionamento Democrático". Pg. 15  
 1.2. - Grupo de Trabalho "Transparência da Linguagem" Pg. 18
2. - Críticas Sectoriais
- 2.1. - Núcleo de Saúde do MAD/Coimbra (III a,b,c,d,e). Pg. 20  
 2.2. - Núcleo de Regionalização e Gestão de Recursos/Porto (III - a). Pg. 24  
 2.3. - José Manuel Oliveira Antunes (III -a). Pg. 28  
 2.4. - Grupo "Regionalização - Poder Local" do Plenário (III-a). Pg. 32  
 2.5. - Núcleo de Sindicalismo (III-c). Pg. 33  
 2.6. - Cecília Barreira (III-d). Pg. 41  
 2.7. - Nunes Carneiro (III-d). Pg. 43  
 2.8. - Grupo de Educação do Plenário (III-d). Pg. 46  
 2.9. - Grupo de Trabalho "Estudos das Relações Culturais com os países Africanos de expressão Portuguesa" (III-e). Pg. 48



AREAS DE REFERENCIA - DOCUMENTO DE BASE



I. - QUADRO DE REFERENCIA: A SUA NECESSIDADE

1. - O reconhecimento mútuo dos elementos integrantes deste movimento processa-se não só pela coerência das suas diferentes formas de intervenção na prática social, mas também pela sua progressiva convergência em torno de um determinado ideário de sociedade. Para que tal convergência se aprofunde é necessário porém que ela se concretize, abordando diferentes aspectos da realidade de modo a evitar as discussões meramente ideológicas de projectos abstratos e os equívocos que lhe andam normalmente associados. Esta necessidade é tanto mais premente quanto os próprios sistemas ideológicos se mostram hoje incapazes de, pela erosão que experimentam, enquadrar e disciplinar as manifestações sociais emergentes da crise.
  
2. - A reflexão centrada sobre o modelo de desenvolvimento com o qual se pretende construir o futuro da sociedade portuguesa constitui uma boa oportunidade de contribuir para o aprofundamento acima referido.  
 De facto, um projecto de sociedade exige um modelo de desenvolvimento com ele coerente, assim como este para se efectivar requer a sua tradução em acções concretas e parcelares.
  
3. - A natureza globalizante de uma estratégia viável é ainda o meio mais adequado de polarização de diferentes agentes sociais que dificilmente se podem reconhecer na diversidade das formas de intervenção social, se a elas não subjazer um referencial comum. De novo nos confrontamos com a incapacidade de um projecto de sociedade polarizar por si só os diferentes agentes de transformação do quotidiano. Abre-se neste campo e a este movimento toda uma vasta gama de possibilidades de acção comum. Só uma perspectiva estratégica globalizante permite o reconhecimento das complementaridades.
  
4. - A área que neste momento se polariza, depurada e caldeada pelos eventos de 1974/1982, parece finalmente reconhecer-se numa perspectiva global em que as diferenças existentes entre as várias formações, grupos e pessoas - diferenças de vocação no tipo de intervenção, diferenças entre as experiências acumuladas - são contribui-

Fundação Cuidar o Futuro

ções positivas porque diversas e porque convergentes, surgindo como transfiguração de um mesmo projecto.

Factores decisivos dessa polarização poderão ser:

- . A consciência exacta das capacidades e das potencialidades dos diversos agrupamentos, tanto dos já presentes no I Encontro como dos que, embora referenciados, ainda não se integraram.
- . A capacidade de avaliação das forças sócio-políticas e das instituições, que, sendo componentes da estrutura social portuguesa, poderão, em momentos determinados, constituírem-se aliados.
- . A consciência adquirida da crise mundial e das mutações profundas em curso no mundo de hoje.
- . Finalmente, uma perspectiva empenhada das transformações a realizar em Portugal, partindo da força de uma dinâmica cuja sabedoria se exprime quando solicitada a participar.

5. - Certos todavia de que os factores anteriormente enumerados não conduzirão, por si só, à consecução de soluções positivas e democráticas do "continuum" histórico português, esta área terá que se afirmar mais incisivamente no quadro social e também no quadro institucional, projectando, através deste último, propostas consistentes e efectivamente alternativas, pelas quais se irá estruturando o referencial necessário a uma mais alargada polarização dos agentes que, no cerne do tecido social, operam a transformação deste, de objecto em sujeito.

Por outro lado, cada uma dessas intervenções propiciará a melhor consolidação do projecto de que esta área é portadora, visto que o sucessivo tratamento dos temas centrais das intervenções implica que entre as diferentes componentes desta área tais temas sejam aprofundados e debatidos, ganhando assim consistência as formulações do projecto global.

## II. - CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO

- . Incentivar a esperança, encerrando no curto-médio prazo o longo prazo.
- . Mobilizar social e politicamente, definindo as margens de transformação imediatamente possíveis.



. Pesquisar colectivamente as propostas alternativas, entendendo os desequilíbrios estruturais da sociedade portuguesa como meios ao serviço de uma estratégia orientada para a sua superação.

1. - A contradição entre as opções de curto e de longo prazo tem constituído o denominador comum das dificuldades do exercício do poder por parte da esquerda. Se a esquerda centralista "resolve" esta questão subordinando pela força as carências do curto prazo aos objectivos longínquos, a auto-designada esquerda democrática perde-se em regra nas solicitações do imediato, uma vez que as não integra numa estratégia global coerente.

2. - O projecto de sociedade da área política em que este movimento se integra terá de assumir-se como radical face àquelas experiências, porque está em causa a transformação efectiva das condições de apropriação do quotidiano das populações.

Não comprometer o presente em nome do futuro, nem pelo contrário abdicar deste em função dos condicionalismos do imediato, requer a procura de um justo equilíbrio entre esses dois termos, polarizando as populações em torno de objectivos concretos.

3. - Uma estratégia de desenvolvimento, no seu sentido mais amplo de condição necessária para um projecto alternativo de sociedade, começa pois por ser uma proposta coerente de "gestão" do curto e médio prazo, o despertar necessário da energia vital de um bloco social directamente interessado na prossecução dos objectivos estratégicos.

4. - Enunciados que foram os princípios gerais a que deve subordinar-se a compatibilização das actuações sectoriais e de curto prazo com as opções desejáveis de longo prazo, importa que este movimento promova uma discussão alargada sobre as metas estratégicas concretas que se colocam à sociedade portuguesa e às suas componentes nele representadas. Das diferentes sensibilidades que o compoem e dos diversos meios de relacionamento com o quotidiano que nele se aglutinam resultarão por certo achegas importantes sobre o realismo e impacto das propostas de acção em torno das quais as complementaridades podem referenciar-se.

5. - Afirmar desassombadamente que não existem receitas milagrosas não significa que não se proponham ao movimento perspectivas concretas

Fundação Cuidar o Futuro



de discussão. Assim, a ênfase colocada no imperativo de uma gestão coerente do curto-médio prazo pressupõe desde logo que os desequilíbrios estruturais da sociedade portuguesa sejam entendidos como meios, não desprovidos de potencialidades, ao serviço de uma estratégia orientada para a sua superação.

Precisemos esta proposta de discussão - os desequilíbrios como meios.

6. - Um diagnóstico de base que funcione como suporte de qualquer discussão sobre o modelo de desenvolvimento para Portugal não pode deixar de integrar as duas linhas de força seguintes:
- a progressiva degradação da posição mantida pela estrutura produtiva nacional na divisão internacional do trabalho;
  - os desequilíbrios provocados pela concentração de uma parcela sensível de recursos humanos e materiais em zonas relativamente limitadas do território continental.
7. - Trata-se de dois desequilíbrios cujo alcance não se limita à realidade económica do País, mas que se projecta na sua realidade global pelas consequências que produz no plano das ideologias, no plano político e no plano social. Trata-se, por outro lado, de desequilíbrios de difícil hierarquização, dada a imperiosidade das carências que lhe correspondem.

O primeiro, devido ao permanente e cada vez mais ameaçador cutelo que paira sobre sectores que constituem tradicionais bolsas de emprego, considerada a irrecusável abertura da sociedade portuguesa ao exterior. A imperiosidade desta questão limita-se a ser reforçada pelo espectro de adesão à CEE e não é, como vulgarmente se refere, despoletada por tal adesão. O reposicionamento da divisão internacional do trabalho terá de ser inelutavelmente pensado independentemente das modalidades de integração no espaço mundial das trocas.

O segundo conjunto de desequilíbrios assume relevo não menos particular por vários motivos:

- pela diversidade qualitativa de carências que provoca, balizada por dois extremos: as que são típicas das faixas de congestionamento populacional e as que caracterizam as zonas deprimidas com tendência para a desertificação económica;



- pela globalização que tal realidade concede a cada problemática sectorial, fazendo depender a sua correcção da inversão das tendências do MDEC (modelo de desenvolvimento em curso);
- pelo insuficiente aproveitamento de recursos nacionais ditado por aquele desequilíbrio; este fenómeno é sistematicamente reproduzido pela actividade privada que acompanha a configuração espacial de oportunidades de investimento existente e pelo sistema bancário que se limita compreensivelmente a acompanhar as leis de afectação espacial dos recursos em funcionamento.

8. - Finalmente, tendo em conta que a inserção na divisão internacional do trabalho é um dado inelutável, uma das questões com que o movimento não pode deixar de confrontar-se é pois de discutir que forma de estar na economia mundial se mostra mais compatível com as transformações internas pretendidas - exercício e aprofundamento da democracia.

E, por outro lado, ao exercício e aprofundamento da democracia como objectivo estratégico resulta certamente ao nível das opções económicas espaço bastante para integrar algumas questões:

- . qual o papel da esfera privada da produção?
- . com que agricultura podemos contar para uma opção estratégica de longo alcance; que papel atribuir à pequena agricultura dominante?
- . como utilizar o sector empresarial do estado articuladamente com o sector de propriedade social (directamente ligado àquele objectivo estratégico) e sector privado da produção?

Certamente que o movimento em gestação não deixará de inventariar ao nível de outras políticas sectoriais questões tão decisivas como as que anteriormente foram sugeridas. Resultará desse debate um referencial novo em função do qual pode ser delimitada a margem de actuação possível quer para as medidas globais de indole económica e financeira, quer para as diferentes políticas sectoriais onde por certo este movimento pode mais facilmente oferecer alternativas de implementação.

III. - GRANDES AREAS e TEMA

As questões essenciais que de uma forma instante e quotidiana se colocam à grande maioria dos portugueses - emprego, habitação,





saúde e educação - radicam em problemas de fundas raízes estruturais que não podem ser resolvidos apenas através da afectação directa de recursos e da mobilização administrativa.

Deverão antes procurar-se os campos em que de forma decisiva e no curto-médio prazo podem ser accionadas transformações que conduzam à resolução dos grandes bloqueamentos que sufocam a evolução da sociedade portuguesa e portanto a resolução a prazo daquelas instantes questões.

Nesta perspectiva, consideram-se cinco áreas fundamentais, como referências decisivas de um processo de desenvolvimento.

#### A. - ÁREA DA REGIONALIZAÇÃO; DO PODER LOCAL, DA GESTÃO DE RECURSOS E DO AMBIENTE

Numa primeira abordagem, entende-se que "regionalização" significará ou equivalerá a dizer, desenvolvimento equilibrado das regiões em ordem ao desenvolvimento harmonioso do território nacional no seu todo. Assim entendida, a regionalização deve ter como vectores:

- A descentralização, como componente política;
- O desenvolvimento, como componente económica;

sendo certo que a componente cultural deverá estar presente nos dois vectores.

Um processo de regionalização deverá contribuir por um lado para o aprofundamento da prática democrática contendo a participação consciente dos cidadãos na gestão do seu quotidiano, devendo por outro lado apontar para a correcção das assimetrias espaciais, económicas, sociais e culturais actualmente existentes.

De acordo com a relação "participação-correcção de assimetrias", há que aprofundar as linhas estratégicas em que se inserem questões parcelares passíveis de ser tratadas aos níveis mais simples de intervenção - freguesia, bairro, estruturas produtivas ou de consumo.

Em ordem à detecção das aspirações locais, através da auscultação permanente das necessidades das populações, acentuou-se a necessidade designadamente da revitalização do associativismo e de acções a desencadear com as populações e não para as populações (inventariação de recursos e necessidades).

Nestas condições, as análises, as acções e as propostas que se referirem a esta área, devem entender-se como meio para consolidar a prática democrática e alargar o seu



aprendizado;

como meio para determinar os recursos e hierarquizar as carências;  
como meio para planear e executar transformações que corrijam as  
assimetrias especiais e sectoriais;

como meio para vivificar culturalmente a sociedade portuguesa, su-  
jeita no presente momento à acelerada massificação ideológica car-  
reada pelos meios de comunicação de maior audiência.

Formulação que visa:

- 1 - permitir uma prática clarificadora das ambiguidades que o tex-  
to constitucional apresenta nesta matéria;
- 2 - traduzir-se em objectivos, programas e práticas que consubstan-  
ciem uma verdadeira reforma descentralizadora de poderes e com-  
petências.

B. - ÁREA DA PRODUÇÃO, DO CONSUMO E DAS RESPECTIVAS ARTICULAÇÕES  
SOCIAIS, ESPACIAIS E SECTORIAIS.

Esta área é concebida como a esfera multifacetada das relações eco-  
nómicas de produção e das relações culturais (doutrinárias, ideológicas,  
etc.) de dominação.

O impacto das alterações que a nova divisão internacional do traba-  
lho vem impor a uma economia dependente, exige assumir os diversos agen-  
tes económicos como partes inteiras, participantes e responsáveis na re-  
solução da crise.

O novo modelo de desenvolvimento deverá assentar numa efectiva reo-  
rientação da economia, estruturando-a a partir do pleno aproveitamento  
e valorização dos nossos recursos humanos e materiais, de modo a comba-  
ter o deslocamento das capacidades produtivas para os circuitos parale-  
los e especulativos da actividade económica.

Entre outros parâmetros caberá dar importância às oportunidades de  
investimento e conseqüente criação de empregos em sectores tais como o  
agro-alimentar, a indústria de construção civil, e à consideração do pa-  
pel estruturante do sector empresarial do Estado, das P.M.E's e da pe-  
quena agricultura dominante.

De uma forma muito específica, "quem trabalha precisa de saber o  
que produz e para que produz, a fim de nao ser um agente passivo mas um  
sujeito activo, da reestruturação económica".

Fundação Cuidar o Futuro



É neste sentido que, considerando os diferentes projectos sindicais em presença, a pulverização das organizações de trabalhadores e a partidarização do movimento sindical, competiria muito particularmente ao MAD contribuir para criar naquele um espaço de verdade.

### C. - ÁREA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DA TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO

No caso português, a Administração Pública é uma instituição que, pela sua pesada, tortuosa e descompensada orgânica, pode revelar-se fortemente desmobilizadora de esperanças despertadas para um projecto nacional, ao diferir e impedir acções dimanadas das instâncias executivas e legislativas. A gravidade da distorção que o gigantismo da centralização administrativa está a acarretar a todo o país é um factor que emerge de entre o conjunto das assimetrias nacionais e que deve ter tratamento autónomo.

Assim, na execução da perspectiva que propomos, tem que se estudar o funcionamento da máquina administrativa, analisando os respectivos organigramas, o apetrechamento legal que informa cada ministério e o relaciona com as administrações locais, e que define o âmbito das respectivas competências, os direitos do cidadão face à administração e os níveis de recurso que lhe competem.

Simultaneamente, os princípios éticos que nos regem, conduzem a estabelecer uma análise das causas da corrupção, da economia paralela, da criminalidade e da marginalidade.

A curto prazo, preconiza-se o lançamento de uma política de moralização da administração (máquina administrativa do Estado e institutos e empresas públicas). Mais do que reformular leis, e talvez muitas careçam de reformulação, há que procurar fazê-las cumprir, e isso passa pelo reforço sobretudo da integridade moral e da competência dos detentores do poder de decisão.

Na sequência de alguns aspectos focados no tópico anterior, todas as formulas que viabilizem a expressão da participação pública inscritas no quadro jurídico-administrativo do actual sistema, devem ser aproveitadas e exploradas.

Assim, na esfera do Poder Autárquico, ganham especial relevância os esquemas de participação das populações na elaboração dos Planos Gerais da Urbanização, nos Planos de Estruturação Urbanística, de Ordenamento e nos Planos Directores Municipais, bem como as capacidades potenciais do órgão Conselho Municipal, único organismo onde é assumida a re-



apresentação dos interesses dos cidadãos enquanto tal, fora do quadro ideológico doutrinário.

Quanto à intervenção no domínio do poder central, não só devem ser consideradas todas as situações em que forem colocadas à discussão pública problemas específicos (v.g. o caso da energia, da regionalização e outros), como devem ser enunciados com a devida oportunidade posições concretas sobre assuntos momentosos sem excluir o pedido de abertura da discussão pública sobre temas de grande importância (v.g. adesão à CEE).

Parente pobre do pós-25 de Abril no que se refere à sua presença no quadro da democracia representativa, dado o exclusivo detido pelos partidos políticos, em muitas ocasiões o associativismo formal e informal dos cidadãos portugueses deteve papel significativo na história do país.

Também agora, na presente crise, a participação pública se afirma como motor do processo de desenvolvimento e como garante da subsistência do quadro democrático, porque o consolida e aprofunda, ao ganhar a sua carta de alforria.

As emanações orgânicas, sectoriais e regionais, do quadro associativo e as diversas expressões que as correntes de opinião assumem no corpo social, são dados integrantes de uma realidade mutável, e como tal agente determinante da sua transformação.

## Fundação Cuidar o Futuro

A essatura complexa do quadro do associativismo presente no país, integrando a totalidade dos seus múltiplos aspectos - sindicatos, associações patronais, cooperativas, agremiações culturais, científicas e desportivas - e a sua distribuição geográfica, deve ser inventariada e analisada.

Também, por outro lado, devem ser cuidadosamente inventariados todos os organismos da Administração Pública, central ou local, com vocação, mesmo que parcial, de caixas de ressonância das intervenções que as populações e as suas emanações orgânicas forem executando na sequência de vários processos.

As subjacências sociais, designadamente as alterações das formas de relacionamento humano e do quadro familiar, devem ser perspectivadas em função de um arranjo social novo.

### D. - ÁREA DA CULTURA, DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DO ENSINO

Embora constitua também uma área prioritária, a cultura deve ser en-



tendida como preocupação presente nas restantes áreas, dados os seus poderes de determinar acções de outra natureza e ainda porque constitui um discurso sobre as finalidades gerais de toda a acção social e sobre os princípios que regem as relações gerais entre essas finalidades e os respectivos meios, relações que devem estabelecer-se não só na subordinação última dos meios aos fins, mas ainda segundo uma dialéctica entre uns e outros. É, pois, necessário garantir, de variados modos, tanto horizontal como verticalmente, a plena participação do pensamento, da investigação e da imaginação a todos os níveis e sectores da vida quotidiana e a possibilidade das experiências desta chegarem a todos os sectores e níveis daqueles.

A extrema independência criativa de escritores, artistas e cientistas não é incompatível com o senso das suas responsabilidades sociais, se se entender que nada, a este respeito, pode ser prévio ao acto da criação mas implícito no mesmo, como sua própria criação. Independência não é, pois, neutralidade: a invenção ou a descoberta científicas, artísticas e literárias são forma de fazer comunidade.

Nesse sentido, um estatuto de intervenção específica, semelhante ao de parceiro social, deve ser concedido, fornecendo meios de expressão pública a todos os cientistas, artistas e investigadores, na sua qualidade de fermento decisivo numa massa que terá que ser levedada com a sua participação. **Fundação Cuidar o Futuro**

Por outro lado, as raízes histórico-culturais do país, mais do que preservadas, devem ser reconquistadas. A política de protecção do meio ambiente, do património monumental arquitectónico e artístico e da cultura popular, tem que ganhar foral de cidadania através da sua permanente presença em tudo quanto é acção planeada nas diversas esferas: na regionalização, no planeamento económico e no ordenamento territorial, na administração e na política externa.

O grande poder da comunicação social pode ser usado para formar, informar e comunicar, impedindo-se a sua abusiva utilização como meio de degenerescência cultural e condicionamento de comportamento sócio-político.

Com estatuto de relativa autonomia no que concerne aos seus agentes, o ensino, pelo seu lado, deve articular-se com as exigências de transformação necessárias à viabilização de um novo modelo de desenvolvimento e confrontar-se com os parâmetros culturais que dele decorrem.

As escolas, de instituições segregadoras de ideologia e doutrinas oficiais, admitirão a presença de alternativas propostas ao bloqueamen-



to da situação portuguesa.

#### E. - ÁREA DAS RELAÇÕES EXTERNAS DO ESTADO E DA SOCIEDADE

A orientação da política externa é a emanção natural das directrizes fundamentais da política interna, podendo o seu correcto exercício potenciar ajudas decisivas na consecução das transformações internas enunciadas.

A implantação cultural de Portugal no mundo é hoje factor condicionante de uma política de diversificação efectiva e prática das relações bilaterais, para além das que se desenvolvem com países de quem dependemos de modo mais flagrante, po forma a diluir e a travar essa situação de dependência.

Merecem ser privilegiadas as relações com os países de expressão portuguesa, num clima de total reciprocidade e profundo respeito pela soberania desses países, sobretudo devido á ligação que vários séculos fizeram sedimentar entre o nosso povo e os povos desses países.

A situação geográfica de Portugal permite, por outro lado, encarar a discussão da nossa integração em diversos níveis de espaços económicos e políticos possíveis (CEE/EFTA, área mediterrânica - Europa do Sul/ /África do Norte -, espaço ibérico, etc.) segundo a perspectiva comum de contribuir para a paz, para a liberdade dos povos e para a solidariedade entre as Nações.

Pela especificidade que lhe é própria, adquire particular relevo e importancia a aproximação cultural com os países africanos de expressão portuguesa, levando em linha de conta os tres fenómenos que se interrelacionam: colonização, descolonização e cooperação.

Assim, a par do estudo do lapso temporal que vai do fim da monarquia á época actual, seguindo os diversos aspectos da actividade humana naqueles territórios, deverá ser especificamente estudada a cooperação, com particular incidência nas indefinições do Estado português com os novos países e no significado estratégico das mesmas.

#### IV. - PROJECTOS POSSÍVEIS, A TÍTULO DE EXEMPLO

As cinco grandes áreas de referencia atrás mencionadas permitem estabelecer a relação necessária entre o projecto colectivo de intervenção político-social e os naturais e especiais empenhamentos de cada um.



Enumeram-se alguns dos projectos já em curso, apontando-se as suas possíveis articulações e referências às áreas:

- Ecologia/Energia (Lisboa) - Área A/B.
- Contra o Fascismo no Quotidiano (Lisboa) - Área D.
- Sindicalismo e Cultura (Porto) - Área C.
- Florestas (Coimbra) - Área A.
- Etc., Etc..

## Fundação Cuidar o Futuro



1.1 - SOBRE AS "ÁREAS DE REFERÊNCIA" - GRUPO DE TRABALHO "CONTRA O FASCISMO QUOTIDIANO - PARA UM FUNCIONAMENTO DEMOCRÁTICO"



a) Este documento deixa-nos perplexos - nomeadamente por surgir não como mera proposta de um grupo particular no seio do Movimento mas sim como emanado da Coordenadora Nacional. E isto porque nele vemos um grave retrocesso conceptual relativamente aos 'textos fundadores'.

Explicando um pouco mais: o Grupo está de acordo com muitas das passagens do texto; mas não pode concordar com o documento tomado na sua globalidade. Do que nele está explicitado temos a lamentar lacunas, omissões, estreitamento da problemática se comparada com a dos "199" e do "AL/PG", concepções arcaicas do "social", do "cultural" e do "político" e das respectivas imbricações e articulações. Mas desagrada-nos sobretudo o que nele é implícito ou latente, o 'não-dito' - mas que se pode inferir da sua economia interna, da sua estrutura, do contexto em que cada observação pontual aparece inserida, da ordem de prioridades subjacentes, dos silêncios sobre pontos fulcrais dos 'textos fundadores'.

Como aderir a um texto conceptualmente tradicional, desactualizado, apresentado como "Documento Base" (sic) para um Movimento centrado na inovação e na criatividade?

Como apoiar o resvalamento da "acção/reflexão" e da "intervenção social transformadora" ('textos fundadores') para a "intervenção político-social" (Cfr. ponto IV do documento em apreciação)?

Como aceitar um documento que parece privilegiar a acção no plano institucional (modelo da 'máquina política'?) em detrimento da intervenção na sua tessitura real da vida social (modelo do 'movimento social')?

Como alinhar numa perspectivação económica que, apesar de certas precauções oratórias, não consegue fazer a passagem do paradigma desenvolvimentista/industrialista ou tecnocrático/expansionista para um paradigma global (o que é diferente de macro) privilegiando as interfaces do económico e do ecológico, acentuando noções como a de desenvolvimento endógeno e centrado sobre o homem? Onde encontrar resultados patentes de uma conceptualização que integre constantemente as interconexões dos mais variados elementos, as articulações do público/privado (falamos de instâncias e não empresas), do local-sectorial/global, do binómio económico-ecológico com o sócio-cultural e de tudo isto com o político (e não com a "política")?

Em suma: o documento deixa-nos perplexos não tanto por simplesmente incorrecto ou erróneo mas sobretudo por deslocado e insuficiente - representa, na opinião do Grupo, uma regressão do Movimento, um retrocesso



e não um avanço, em relação às esperanças de Maio e àquilo que motivou a adesão de muitos dos membros do Movimento.

b) Referimos já estar de acordo com muitas das passagens do texto, tomadas isoladamente. Poderíamos também escarpelizar-lo e assinalar as passagens de que discordamos frontalmente. Seria longo e, provavelmente, pouco relevante face às observações que certamente surgirão, da parte de outros grupos ou pessoas, quer no Plenário de Lisboa, quer no Plenário Nacional.

Apesar de tudo, não podemos deixar de apontar três pontos:

- O Grupo não se reconhece no documento quando na sua parte IV aponta o "C.F.Q." como um exemplo de projecto correspondente à Área D; lendo o que é dito (pp.10-11) sobre essa Área, o Grupo "C.F.Q." entende nada ter a ver com ela. Mas levanta-se a questão: como também nos não reconhecemos em nenhuma das outras Áreas, será que este Grupo deve desaparecer? O mesmo acontece certamente com outros Grupos já em funcionamento ou em projecto. Este é mais um motivo para afirmar que este documento não serve, que este documento não reflecte, nem mostra compreender, muito daquilo que o Movimento é e quer ser.
- É para nós inaceitável (vide fim da p.8) que a economia paralela (toda a economia paralela) seja, sem mais, metida no mesmo saco com a corrupção, a criminalidade e a marginalidade.
- Gostaríamos que questões "quentes" na sociedade portuguesa actual (exemplo: o problema do aborto) aparecessem referidas ou, pelo menos, claramente enquadráveis - e não é o caso.

c) O Grupo sente a necessidade de que a este documento seja(m) contra-posto(s) um ou vários outros "documentos base". Mas o Grupo é pequeno, dispõe de pouco tempo, e a sua problemática é demasiado específica (mesmo comportando implicações genéricas), para se abalançar sozinho à produção de um tal texto. Mais: o Grupo (tal como muitos outros, cremos) sente-se muito pouco informado sobre o que se vai passando nas instâncias coordenadoras do Movimento - o que é parcialmente inibitório de certo tipo de esforços.

Não podemos, no entanto, deixar de lembrar que existem, ao que sabemos, documentos de trabalho produzidos no seio do Movimento que, mesmo se menos elaborados, se ainda quase "em rascunho", nos parecem mais consentâneos com os "199" e com o "AL/PG".

Esperamos que órgãos mais largos e/ou pessoas mais informadas produzam documentos alternativos mais pertinentes do que este, mais adequados aos 'textos fundadores', e que em relação a eles constituam desenvolvi-



mento e não recuo. Se documentos de tal natureza não surgirem a tempo de serem discutidos e aprovados no Plenário Nacional, então o Grupo prefere manter como "documento base" os próprios 'textos fundadores'.

# Fundação Cuidar o Futuro



## 1.2 - QUADRO DE REFERENCIA: SUA NECESSIDADE - GRUPO DE TRABALHO "TRANSPARENÇA DA LINGUAGEM"

1 - A reflexão centrada sobre o modelo de desenvolvimento com o qual se pretende construir o futuro da sociedade portuguesa constitui uma boa oportunidade de contribuir para a convergência e reconhecimento mútuo dos elementos integrantes deste movimento.

De facto, um projecto de sociedade exige um modelo de desenvolvimento com ele coerente.

2 - A natureza globalizante de uma estratégia viável é o meio mais adequado de polarização de diferentes agentes sociais que dificilmente se podem reconhecer na diversidade das formas de intervenção social, se a elas não subjazer um referencial comum. De novo nos confrontamos com a incapacidade de um projecto de sociedade polarizar, por si só, os diferentes agentes de transformação do quotidiano.

Abre-se neste campo e a este movimento toda uma vasta gama de possibilidades de acção comum. Só uma perspectiva estratégica globalizante permite o reconhecimento das complementaridades.

3 - A área que neste momento se polariza, depurada e caldeada pelos eventos de 1974/1982, parece finalmente reconhecer-se numa perspectiva global em que as diferenças existentes entre as várias formações, grupos e pessoas - diferenças de vocação no tipo de intervenção, diferenças entre as experiências acumuladas - são contribuições positivas porque diversas e convergentes, surgindo como transfiguração de um mesmo projecto.

Factores decisivos dessa polarização poderão ser:

1 - Uma perspectiva empenhada das transformações a realizar em Portugal, partindo da força de uma dinâmica cuja sabedoria se exprime quando solicitada a participar.

2 - A consciência exacta das capacidades e das potencialidades dos diversos agrupamentos, tanto dos já presentes no I Encontro como dos que, embora referenciados, ainda não se integraram.

3 - A capacidade de avaliação das forças socio-políticas e das instituições que, sendo componentes da estrutura social portuguesa, poderão, em momentos determinados, constituírem-se aliados.

4 - A consciência adquirida da crise mundial e das mutações profundas em curso no mundo de hoje.

5 - A referida área terá de se afirmar mais incisivamente no quadro social e também no quadro institucional projectando, através deste último, propostas consistentes e efectivamente alternativas.



OBS:

O parágrafo 1º foi retirado porque:

- a) não é claro e contém afirmações ousadas que não justifica, nomeadamente que há, entre os elementos integrantes do Movimento, o reconhecimento num ideário de sociedade que não diz qual é;
- b) afirma que os sistemas ideológicos falharam, sem dizer quais;
- c) contém uma linguagem rebuscada como se fosse um texto escrito antes do 25 de Abril, para passar no lápis azul da censura.

Alterámos a ordem dos "factores decisivos" no ponto 3.

Consideramos que as partes agora retiradas contêm assuntos que, pelo seu carácter controverso, deverão servir de base para debates específicos.

Por falta de tempo não nos foi possível continuar a crítica deste documento para além do ponto 1, embora nos parecesse que tudo o resto deveria levar o mesmo processamento.

Fundação Cuidar o Futuro



## 2.1 - ÁREAS DE REFERÊNCIA - NÚCLEO DE SAÚDE DO MAD/COIMBRA

O núcleo de saúde do MAD (Coimbra) analisou o documento de referência base destinado a ser discutido no próximo plenário do Porto. Desta análise de grupo resultaram alguns comentários que passamos a expor:

1. Resolvemos centrar a análise sobre o ponto III do Documento. Contudo entendemos que todo o Documento Base e, em particular, os pontos I e II enfermam de grande falta clareza, dum tom difuso e translúcido, duma carência de objectivos precisos e, portanto, duma ausência de indicação de pistas para atingir metas. Embora se indique que se pretende uma reflexão sobre um modelo de desenvolvimento numa perspectiva globalizante e que seja sugerida uma política que vise à participação das populações na resolução dos seus problemas, a forma como tais idéias são expressas é frouxa, pouco pedagógica, demasiado vaga. O que é, por exemplo, "uma gestão coerente do curto e médio prazo"? Parece igualmente, que ao propor os desequilíbrios como meios, se assume esses desequilíbrios como favoráveis. Só que os desequilíbrios na sociedade portuguesa são vastos e profundos e cada vez mais cavados; são pois grande motivo para grave preocupação quanto ao futuro da democracia neste país. Futuro próximo, entenda-se. Num país com 400 000 desempregados, com o espectro de mais 200 mil no próximo ano e a perspectiva de 400 mil "retornados" da Europa nos próximos 3 anos, será difícil manter o sistema actual. Parece legítimo supor que, novamente, as tentações dum regime político totalitário ou demasiado duro se coloquem entre nós. Em suma, a introdução deste Documento não estabelece minimamente pistas que conduzam a uma qualquer atitude prática e interveniente do movimento cívico.

### 2. Ponto III

- A. Seria interessante definir com mais rigor descentralização e distinguir esta opção da desconcentração (por ex. o que se passa neste momento em relação ao projecto das autarquias se ocuparem de ensino primário e de saúde pública, sem lhes dar meios). Este problema da regionalização-poder local deveria em nossa opinião:
  - a. Ser objecto de discussões públicas nos Concelhos e Distritos e Regiões de forma a pouco e pouco por um lado, identificar necessidades reais e por outro lado, ir promovendo o diálogo e a participação efectiva das populações.
  - b. Promover, por todos os meios, a motivação e a utilização das competências existentes, independentemente de "etiquetas" ou opções políticas. Acabar de vez com a doença das etiquetas que se insta-



lou (?) neste país, imobilizando-o.

- c. Promover formação de técnicos em função das necessidades da região e desenvolver formas de ensino nesse sentido.
  - d. Lutar pela correcta distribuição de meios financeiros que permitam atingir os objectivos definidos. O que implica autonomia administrativa, técnica e financeira.
  - e. Desenvolver por todos os meios o contínuo interesse e participação das populações pelos seus próprios problemas (estradas, habitação, esgotos, água, meio ambiente, ensino, etc.) através de incentivos novos.
- B. Na área da produção, do consumo, etc. o grupo estranha que não se tenham incluído nos sectores de investimento zonas que historicamente e actualmente são elementos de riqueza potencial para este país, como por exemplo o mar, sabendo-se como são desperdiçadas por falta de meios as riquezas da vasta zona marítima que nos pertence englobando Madeira e Açores. Por outro lado, não se faz referência à colonização a que ficaremos sujeitos a curto prazo com o investimento selvagem de países e multinacionais. Portugal será em breve a colónia de férias da Europa com mão de obra barata e alguma elite portuguesa intermediária a usufruir lucros.
- É também nebuloso como pode o MAD criar um "espaço de verdade" no movimento sindical português. Que verdade? Será campo para investir as poucas boas-vontades existentes??? Não aumentará ainda mais a confusão reinante??
- C. Na área dos movimentos sociais e transformação do Estado repete-se o aspecto translúcido e, por vezes, opaco do documento. O grupo efectuou uma reflexão sobre o assunto de que resultou o seguinte:
- a. O problema central deste país parece residir:
    - na falta de credibilidade, competência, eficiência, eficácia das nossas Instituições públicas. Por outro lado, as Instituições devem ser "saneadas" por ordem de grandes prioridades públicas e em função das necessidades ressentidas e identificadas.
    - A máquina burocrática é uma teia de aranha onde morrem ideias vivas, projectos, etc. Seria importante: a. Utilizar de facto as competências deste país, b. PROFSSIONALIZAR os trabalhadores criando-lhes o sentimento do bom trabalho produzido e mantendo a liberdade RESPONSABILIZANDO os profissionais pelas tarefas que lhes são cometidas. c. Isto só se conseguirá através dum enorme esforço de formação e reciclagem, A SÉRIO.



- No país existe uma excelente classe trabalhadora que até produz apesar do caos (veja-se também o exemplo do trabalhador português no estrangeiro). Porém, o problema está na péssima qualidade dos nossos líderes, gestores, professores, etc.
  - Outro drama do nosso sistema: os cargos vitalícios-nomeação para toda a vida.
- b. Pensa o grupo que é afrontando claramente estes problemas que será possível talvez ir mudando aos poucos as estruturas existentes que funcionam mal e começar por estimular aquelas que já funcionam razoavelmente.
- d. Para que iniciativas deste género continuem persistentemente será necessário introduzir estímulos na sociedade sem o que tudo morre. Que estímulos? Por exemplo, reivindicar com mais insistência a competência, o produto de qualidade, a qualidade do que se produz e abrandar as reivindicações imediatistas de salários. Tudo isto, implica uma PROFISSIONALIZAÇÃO autêntica (vide exemplos de outros países nesta matéria - exemplo FINLANDIA).
- D. Na área da Cultura etc. o texto parece infeliz. Apenas se aborda uma faceta da questão: uma cultura dos intelectuais, das elites, e erudita que até gostariam também de ir Belém como parceiro social!... Não se refere, certamente por lamentável lapso, a necessidade urgente de descobrir a identidade nacional através de todas as formas de cultura existentes por esse país fora que ainda vivem ou que estão moribundas. Que ainda vivem, apesar de 50 anos de fascismo, porque precisamente mergulham as suas raízes muito fundo, no fundo da história. Por outro lado, se por um lado não se nega a importância vital da investigação dos pensadores e artistas, por outro lado também urgente que a arte, a ciência e o pensamento ausculte também as populações, penetre nelas, viva com elas e aprenda com elas. Os objectivos da "investigação" científica e de institutos como INIC são entre nós exemplos trágicos de ineficácia, desaproveitamento, compadrio e esclerose. Não seria urgente uma reflexão sobre o assunto e a denúncia da situação existente numa "investigação" desinserida das necessidades e das realidades deste país?
- E. Na área das relações externas etc. o grupo entende que seria necessário
- Apontar caminhos que estabeleçam, de facto, qual o relacionamento e a cooperação entre países de expressão oficial portuguesa. Encaminhamo-nos neste momento para mais "tratados de amizade e consul-



ta", para uma ultrapassagem por outros países (França, Brasil), justamente porque as nossas Instituições funcionam a fogo lento com cinzas arrefecidas.

- Seria interessante saber qual a posição do MAD sobre a integração europeia "à tout prix".

Desta análise resulta que o referido documento é, por um lado, demasiado ambicioso para introduzir uma discussão de 2 dias: áreas demasiado vastas e difusas; por outro lado, extremamente omisso e pouco claro. Seria importante que para discussão poder vir a ser útil se delimitasse um número sucinto de temas que pudessem ser abordados com profundidade. Será que o MAD de Coimbra quer ter este trabalho, caso concorde com estas críticas?

Julgamos que as poucas pessoas que acreditaram no MAD se encontram em estado de perplexidade e confusão quanto ao que na verdade se pretende fazer. Parece urgente esta definição.

# Fundação Cuidar o Futuro





## 2.2 - A QUESTÃO DA REGIONALIZAÇÃO - NÚCLEO DE REGIONALIZAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS/PORTO

Regiões: Suporte do exercício da prática política

A política é de todos.

A política é de todos os dias. Ela exerce-se nas empresas e nas escolas, nas aldeias e nos bairros, nas autarquias e nas regiões - em toda a parte onde a participação e o associativismo concretizam o esforço colectivo e onde nascem as comunidades de interesse dos vários grupos sociais.

Novos parâmetros ético-culturais: uma nova relação com a terra e com o ambiente

O aprofundamento da democracia exige também o apreço por uma série de valores ético-culturais... Estamos convictos de que é possível, necessário e urgente recuperarmos a confiança colectiva a partir da nossa identidade nacional... Uma vasta movimentação de participação democrática, longe da improvisação e do amadorismo, permitirá o aparecimento de soluções criadoras... em domínios tão diferentes... como sejam, entre outras... uma nova relação com a terra e o ambiente...

Alternativa ao crescimento económico: uma política económica apoiada no desenvolvimento das forças e recursos nacionais

O nosso objectivo não é o simples crescimento económico. É sim o desenvolvimento de forças e recursos nacionais, de modo a melhorar os níveis da satisfação das necessidades básicas e a corrigir as desigualdades sociais.

O papel decisivo da iniciativa pública no âmbito regional e local

Com tudo isto a responsabilidade de todos e de cada um será o primeiro motor de transformação. A iniciativa pública terá porém um papel essencial, tanto a nível central como no âmbito regional e local, enquanto apoio dos processos participados de inventariação e preservação de recursos, definição de prioridades sociais e lançamento de novas unidades produtivas adequadas às necessidades reais do País.

### Excertos:

1. - Do texto de apoio da reunião de trabalho de 13.OUT.83:  
Proposta de criação de um Núcleo/Gabinete de informação, análise e





-Descentralização - Regionalização-Desenvolvimento

"Aspectos Conclusivos: Iniciativas Futuras"

(validade provisória)

- I. Ponto de partida: Debate sobre os temas "Descentralização, Regionalização, Desenvolvimento".  
Enquadramento: grupo aberto de debate e reflexão.  
Limites: enquadramento do grupo aberto numa estrutura anterior (MAD - suas posições de princípios, organização, dinâmica, objectivos,...)  
Nível de análise: o grupo enquanto grupo aberto (2 reuniões, opiniões e debates ocorridos)
- II. Aspectos Conclusivos: ao nível do trabalho desenvolvido nas duas reuniões anteriores entendeu-se ser necessário aprofundar os conceitos de descentralização, regionalização e desenvolvimento, sendo vantajoso organizar um Núcleo/Gabinete, que permita coligir informações para apoio do trabalho a desenvolver nos seus múltiplos aspectos (jurídico, administrativo, político e prático). Entende-se, também ser útil aumentar o número de encontros para permitir uma melhor clarificação daqueles três conceitos.
- III. Iniciativas futuras: a possibilidade de se fixarem acções futuras (Objectivos) só existe desde que:
- a) os conceitos que servem de ponto de partida (pressupostos) estejam claramente definidos, e
  - b) exista necessidade concensual de acção.
- IV. Entende-se que o grupo aberto não estava ainda em posição de determinar iniciativas a empreender, imediata ou futuramente, quer porque não se definiram ainda os pressupostos referidos, quer porque está inserido numa estrutura global de acção que o transcende na sua possibilidade auto-organizativa, na medida em que aquela heterodetermina as suas finalidades últimas.

Resumo do trabalho do núcleo que se debruçou sobre o tema  
REGIONALIZAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS

O grupo, ao longo de várias sessões de trabalho debruçou-se sobre problemática da Regionalização, Descentralização e Desenvolvimento.



Em primeiro lugar tratou-se de aprofundar o conteúdo dos conceitos de Regionalização, Descentralização e Desenvolvimento, de acordo com o expresso em anteriores documentos do MAD, e de discutir as suas implicações relativamente à situação política, cultural, económica e social do País.

Numa primeira abordagem, entendeu-se que "regionalização" significará, ou equivalerá a dizer, desenvolvimento equilibrado das regiões em ordem ao desenvolvimento harmonioso do território nacional no seu todo. Assim entendida, a regionalização deve ter como vectores:

- A descentralização, como componente política;
- O desenvolvimento, como componente económica;

sendo certo que a componente cultural deverá estar presente nos dois vectores.

Um processo de regionalização deverá contribuir por um lado para o aprofundamento da prática democrática contendo a participação consciente dos cidadãos na gestão do seu quotidiano, devendo por outro lado apontar para a correcção das assimetrias espaciais, económicas, sociais e culturais actualmente existentes.

De acordo com a relação "participação/correcção de assimetrias", há que aprofundar as linhas estratégicas em que se inserem questões parcelares passíveis de ser tratadas aos níveis mais simples de intervenção - freguesia, bairro, estruturas produtivas ou de consumo.

Em ordem à detecção das aspirações locais, através da auscultação permanente das necessidades das populações, acentuou-se a necessidade designadamente da revitalização do associativismo e de acções a desencadear com as populações e não para as populações (inventariação de recursos e necessidades).

Propostas de acção:

- 1) Organização de um núcleo/gabinete que permita coligir informação para apoio do trabalho a desenvolver;
- 2) Discussão da legislação sobre o tema;
- 3) Contactos de sensibilização com os mass-media;
- 4) Organização de debates e seminários sobre o tema, com o apoio de especialistas.

Porto, 15 de Novembro de 1983



2.3 - DESENVOLVER: REGIONALIZAR E DESCENTRALIZAR - José Manuel Oliveira Antunes

PREAMBULO

A razão primeira desta proposta de alteração à alínea A) do Ponto III do Documento-Base-Áreas de Referência, sobre a ÁREA DA REGIONALIZAÇÃO, baseia-se num critério is natureza metodológica, mas nem por isso - porque a metodologia não é neutra - menos política.

Assim e em nosso entendimento, não será a "Regionalização" que deverá ter como vectores, a "Descentralização" e o "Desenvolvimento" como propõe o Documento-Base, mas sim e ao invés, deverá ser o "modelo de Desenvolvimento" a ter como vectores a "Regionalização" e a "Descentralização".

É isto porque a "Regionalização" e a "Descentralização" (que não são o mesmo, note-se) quer sejam de natureza económica, institucional, cultural, tecnológica, etc., são conceitos que apenas se traduzem através das medidas de política que lhes dão conteúdo não sendo estas mais, do que, os instrumentos de implementação dum determinado modelo de desenvolvimento.

Donde, a questão primordial a debater é o "modelo de desenvolvimento" entendido este - se nisto estivermos de acordo - como um processo de mudança estrutural profunda no domínio político, social e cultural, levado a cabo pelas próprias populações, mediante a sua participação e para seu próprio benefício. Em que sentido e com que conteúdo, é o que no fundo haverá de se discutir e apurar.

Neste sentido, a presente proposta de alteração, não pondo em causa - até porque com ele está de acordo - o curto diagnóstico feito pelo Documento-Base, quanto às assimetrias regionais existentes em Portugal, pretende ir um pouco mais além - sendo esta a razão segunda da proposta de alteração - e propôr desde já para debate, um conjunto de reflexões, de forma a com isso, contribuir para a definição dum "modelo alternativo de desenvolvimento" em cujos vectores fundamentais se inscrevam a "regionalização" e a "descentralização".

REGIONALIZAR E DESCENTRALIZAR

As desigualdades regionais existentes em Portugal, constituem um dos mais claros índices dos desníveis entre a população, na procura e oferta de oportunidades de evolução, e determinam um irregular e insuficiente aproveitamento das capacidades naturais próprias de cada região,



o que acarreta enormes repercussões negativas, nas condições de vida dos habitantes de grandes parcelas do território nacional.

Qualquer processo de desenvolvimento global do país, não pode deixar de ter como eixo central da sua política a correcção das desigualdades regionais, a democratização da vida nacional através da participação activa das componentes locais, a descentralização do poder de decisão para além dos tímidos limites actuais, e o progresso harmonioso, equilibrado e justo de todas as regiões, de acordo com as necessidades e capacidades dos seus habitantes.

Não é possível continuar a ter dois países, numa nação historicamente una, e territorialmente pequena, como é Portugal.

Importa pois, tirar consequências políticas desta situação de facto e proceder a mudanças radicais na estrutura regional e no equilíbrio "territorial" de poderes em Portugal, e encarar a regionalização como algo mais que um "conceito bonito", para uso exclusivo da classe política em períodos eleitorais.

O que é facto é que o desenvolvimento regional, continua atrofiado pela excessiva e incompreensível centralização política, imprópria dum estado democrático avançado, no qual é inaceitável a política da mendicidade autárquica ao Terreiro do Paço e do estrangulamento burocrático de projectos e decisões, que a serem despachados a nível regional, seriam resolvidos e implementados em tempo profundamente menor, e com mais garantia de seriedade e controle popular, dos eventuais interesses em jogo.

Actualmente as autarquias, embora possuam uma legitimidade política - a do voto - em nada inferior aos dos restantes órgãos do Estado, continuam a possuir apenas um poder teórico e moral, e enquanto não se compreender, que este país não se desenvolve a partir de promessas e intenções, mas de realidades e acções, continuaremos a viver no "Reino do faz de conta" com todos os custos para as gerações futuras, que daí advirão.

#### DESCENTRALIZAR E PARTICIPAR

O profundo sentido da descentralização, reside no facto de através dela, se pretender assegurar a participação mais larga de cada um na gestão nacional, e promover mecanismos de decisão que se aproximem, o mais possível, da democracia directa.

Ao contrário do que podem supor espíritos menos abertos, a descentralização, é a forma mais eficaz de preservar a coesão da comunidade e permitir as indispensáveis liberdades para a iniciativa económica se de-



desenvolver e expandir.

Por outro lado, nenhum aparelho burocrático, por mais perfeito que se apresente, e por mais genial que possa ser a sua orientação, se pode substituir à criatividade das pessoas no esforço de desenvolvimento.

O desenvolvimento não pode emanar senão da iniciativa das largas camadas populares, cabendo a elas próprias, o papel motriz e organizador, desse mesmo processo de desenvolvimento e democratização.

A descentralização é uma necessidade cada vez mais urgente nas sociedades industriais modernas. Trata-se, aliás, de uma natural reacção à influência crescente das estruturas tecnocráticas, e uma maneira de responder às legítimas reivindicações cada vez mais frequentes relativas à participação e à autonomia local.

A crise dos "velhos conceitos de desenvolvimento" baseados na mera "divisão conveniente do trabalho", despoletada com os chamados "choques petrolíferos" dos anos 70, veio a colocar novas questões e implicar outras soluções, às quais um país de desenvolvimento intermédio como Portugal não pode ficar alheio, sob pena de se inviabilizar ele próprio como nação independente.

Um elemento inequivocamente novo é o seguinte: Tomou-se consciência da necessidade de descentralizar, de procurar o meio de conseguir uma participação mais activa, e alcançar direitos mais extensos, para as comunidades locais.

## Fundação Cuidar o Futuro

No plano humano a descentralização é cada vez mais uma alternativa, relativamente ao surto tecnocrático e burocrático que condiciona e determina o desenvolvimento nas sociedades industriais.

A descentralização pode constituir um eficaz obstáculo aos monopólios políticos de grupos dirigentes e de organizações de pressão. Conduz aliás à quase desprofissionalização da política e à democratização das relações políticas, a todos os níveis.

A participação de milhões de homens nas decisões, ocupará grande parte do tempo livre de cada um, mas esta perda é largamente compensada pela disciplina livremente consentida, pela politização, pelo interesse e pelo empenhamento na produção e no trabalho em geral.

A descentralização não acabará de um dia para o outro com a burocracia e as diferenças sociais, mas constitui um meio eficaz para refrear as tendências burocratizantes.

Só os espíritos dogmáticos, temem encetar o debate sobre as questões antigas e novas. Todo o processo dinâmico da sociedade encontra inevitavelmente obstáculos, dificuldades, conflitos, desacordos, mal entendidos e divergências de pontos de vista.



Não atribuímos um poder mágico à ideia da descentralização. Mas posuimos seguramente, fé nas suas virtualidades. Não é uma panaceia social, mas uma experiência preciosíssima.

Mas o benefício maior da descentralização, reside no facto de ser enfim atribuída à pessoa a atenção que ela própria merece.

As instituições da sociedade só adquirem verdadeiro sentido, quando criam as condições, em que o homem em lugar de os reivindicar, poderá conferir a si mesmo, os direitos que lhe são necessários.

É por tudo isto que é nossa profunda convicção, que o desenvolvimento e modernização da sociedade portuguesa, exigirá uma cada vez maior e efectiva descentralização da vida pública, e das decisões sociais, condição "sine qua non", para resolver as contradições e desníveis entre a cidade e o campo, e como condição chave da própria democracia, o que implicará uma maior distribuição dos poderes e atenuação do vínculo hierárquico, entre o poder central e o poder local.

O desenvolvimento e a modernização da nação portuguesa exigirá também o combate à crescente burocratização da vida pública e à enorme centralização da decisão política - situações próprias aliás dos estados fracos e em crise, bem como pela reformulação de toda a estrutura e funcionamento da máquina estadual, de modo a garantir efectivas condições de vigilância e participação directa dos cidadãos, nas decisões de interesse colectivo. Tal implica, a tomada de medidas estruturais com vista ao aumento da eficácia do aparelho de Estado, e a uma mais correcta gestão dos poderes e competências que lhe são próprios.

O desenvolvimento e a modernização do país, passa igualmente pela dignificação da opinião pública, pelo estímulo a todas as formas de associação e intervenção política dos cidadãos na vida colectiva, e pela transparência da actuação de todos os órgãos de poder político, económico e administrativo.

Com este fim, importará criar uma nova interacção entre o sistema político central e local, entre o Estado e a sociedade civil, entre o poder e o cidadão.

O desenvolvimento e modernização da nação portuguesa, não será por fim possível, sem o estabelecimento dumá prioridade nacional à cultura e à educação, com dotações orçamentais manifestamente maiores a estes sectores; ainda que em detrimento pontual das outras áreas igualmente vitais. Com efeito, não há nem nunca haverá país algum, em que o progresso económico e social, e o bem estar e a segurança, se antecipem a um sólido e generalizado nível cultural e educacional da população do mesmo, não apenas em "ilhas" privilegiadas, mas no seu todo nacional.





## 2.4 - RELATO DO GRUPO "REGIONALIZAÇÃO - PODER LOCAL" DO PLENÁRIO

Este grupo reuniu com 19 elementos, estando representadas as Regiões de: Aveiro, Coimbra, Lisboa, Porto, Setúbal e Viana.

- A discussão inicial fez ressaltar um sentimento de discriminação económico-social entre os grandes centros (Lisboa, Porto, Coimbra) e a periferia; uma forte discriminação política, entre Lisboa e o resto do País.
- Várias intervenções analisaram a questão da participação quer a nível de vertente político-institucional, quer através das múltiplas formas pelas quais a população pode exprimir as suas necessidades e desejos.
- Dada a escassez de tempo, a partir de determinado momento, optou-se por discutir o documento produzido pelo Núcleo de Regionalização e Gestão de Recursos do Porto, do que resultaram as seguintes propostas de acção para os grupos que, no âmbito do MAD, se venham a constituir nesta área:
  - 1) Organização de um núcleo/gabinete que permita que permita coligir informação quer global sobre o tema, quer específica sobre as respectivas regiões.
  - 2) Discussão da legislação em vigor sobre o tema, com vista à definição de estratégias a seguir.
  - 3) Estímulo à criação de grupos, de base geográfica, em ligação com o MAD, empenhados num processo de desenvolvimento comunitário a nível local/regional e sua articulação com os grupos temáticos existentes no MAD.
  - 4) Organização de debates e seminários sobre o tema Regionalização/Descentralização, com o apoio de especialistas.
  - 5) Contactos de sensibilização com os mass-média, muito particularmente com os de âmbito regional.



2.5 - CONTRIBUIR PARA CRIAR NO MOVIMENTO SINDICAL, UM ESPAÇO DE VERDADE -  
- NÚCLEO DE SINDICALISMO

"Quem trabalha precisa de saber o que produz e para que produz, a fim de ser não um agente passivo, mas um sujeito activo, da reconstrução económica".

Com o texto apresentado em Dezº/83 pretendeu-se alargar o debate sobre a intervenção na área do Sindicalismo e aprofundar o que poderá constituir o contributo do M.A.D.

Identificados com o Aprofundamento da Democracia porque pugnamos -  
- "dignificar a democracia representativa, completando-a por diversas formas de participação na vida pública" - apontamos também para a defesa de um Sindicalismo Participado visando CONTRIBUIR para CRIAR no movimento sindical português UM ESPAÇO DE VERDADE.

Contribuir para criar um Espaço de Verdade significa defender a autenticidade da autonomia e independência no movimento sindical. Expressar uma nova voz, uma nova opinião no seio do movimento sindical coloca-nos a responsabilidade da compreensão e da busca dos meios de acção capazes de no momento presente, dinamizarem toda a estrutura sindical quer na defesa dos interesses colectivos dos trabalhadores, quer na defesa da democracia sindical, libertando o movimento sindical das tutelas partidárias.

Dez anos volvidos da Revolução e das esperanças de Abril, que restituiu aos trabalhadores o direito à liberdade sindical, é para nós necessário e importante (com base nos erros cometidos, na experiência adquirida, pelas derrotas e vitórias) a afirmação plena da capacidade e direcção do aparelho sindical pelos dirigentes eleitos pelos trabalhadores.

Recusamos a polémica da "guerra" colocada em torno da CGTP/UGT e entendemos que a Unidade do movimento sindical e dos trabalhadores em geral não se esgota em torno das supra-estruturas sindicais existentes.

Não defendendo o apoliticismo do movimento sindical, defendemos isso sim, que ele se assuma em termos de política sindical própria, ou seja, não aceitaremos (e combateremos) a instrumentalização partidária.

Um Movimento Sindical forte e responsável, independente dos (partidos) Governos possíveis, criativo e participado é imprescindível à consolidação e aprofundamento da democracia.



Expressar uma nova voz no movimento sindical é uma forma de intervenção política dos trabalhadores (que não se esgota nas tradicionais formas de intervenção partidária), participada e baseada na discussão democrática dos seus problemas,

- contra a pulverização sindical (sindicatos paralelos), a partidarização e a marginalização dos sindicatos, na defesa da Unidade dos Trabalhadores, da Democracia Sindical e da Autonomia e Independência:

1. - Unidade dos Trabalhadores - descentralização e autonomia, democratização da estrutura sindical.

Os trabalhadores têm interesses específicos comuns, independentemente dos quadrantes político-ideológicos das Direcções dos Sindicatos/Centrais em que estão filiados:

1. - a defesa da dignidade da sua condição de trabalhadores e cidadãos;
2. - a luta por melhores condições de vida e de trabalho;
3. - o direito à participação plena nas decisões.

2. - Democracia Sindical - democracia na direcção, democracia na estrutura organizativa (contrariando as tendências para o centralismo e burocratização), democracia na acção político-sindical (participação dos trabalhadores na decisão, visando o envolvimento, em unidade, nas suas lutas.

3. - Autonomia e Independência - perante as concepções e as posições políticas e religiosas deste ou daquele grupo, ou dos poderes constituídos, nomeadamente dos Governos.
  - O movimento sindical deve assumir-se como sendo de intervenção política dos trabalhadores, capaz de dinamizar e alargar o debate participado e a acção, necessárias às mediações no campo social e económico.

Nesse sentido, esse debate e essa acção têm estado ausente nas posições das Centrais Sindicais relativas a questões actuais da sociedade portuguesa, nomeadamente no que respeita aos mecanismos de



Concertação Social, participação dos sindicatos nas instituições e ao Pacto ou Acordo Social (é necessário? é possível)?

SINDICALISMO - TEXTO PARA DEBATE (Dezembro 83)

"Quem trabalha precisa de saber o que produz e para que produz, a fim de ser não um agente passivo, mas um sujeito activo, da reconstrução económica".

Por Um Aprofundamento da Democracia - dignificar A democracia representativa completando-a por diversas formas de participação na vida pública (democracia directa) - por uma democracia Participada.

1. DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO - cumprimento rigoroso da vontade dos trabalhadores, democraticamente expressa;
2. A EMPRESA, OS TRABALHADORES E A DEFESA DOS SEUS DIREITOS - defesa dos postos de trabalho; Unidade de Acção na defesa dos interesses específicos comuns;
3. TENDÊNCIAS/SINDICATOS/CENTRAIS SINDICAIS - pulverização e partidarização do movimento sindical;
4. PACTO SOCIAL - legislação laboral;
5. PAPEL DO MAD - Contribuir para criar no Movimento Sindical um ESPAÇO DE VERDADE.

1. DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Os dois projectos sindicais com expressão em Portugal (CGTP, UGT) traduzem diferentes interpretações dos mecanismos e significado da Participação dos trabalhadores na vida sindical, e da organização das suas associações de classe.

- A "democracia directa", com forte tradição no Movimento Sindical (CGTP), baseada na participação directa dos trabalhadores nas decisões (em reuniões gerais de trabalhadores ou plénários), tem-se mostrado particular-



mente eficaz no desencadear da acção e movimentação dos trabalhadores, na manifestação do seu dinamismo; MAS NÃO TEM PERMITIDO alargar a actividade sindical fora dos quadros militantes e activistas, por não contemplar (a não ser esporádicamente) outras formas de participação com vista à expressão livre e democrática da vontade dos trabalhadores.

A inexistência de tendências ou correntes sindicais organizadas (apesar da aprovação do direito de tendência no último - IV-Congresso da CGTP) tem servido a esta C. Sindical - identificada com a "participação directa" dos trabalhadores - reivindicar-se de única e unitária...

- O projecto sindical identificado com a democracia representativa (UGT) tende a reproduzir modelos com tradição na Europa, com expressão no seu seio de diferentes tendências sindicais organizadas. Defende a eleição das direcções sindicais por um "colégio eleitoral" (Congresso), tendo sido a primeira tentativa para institucionalizar este processo recusada pelos trabalhadores (Bancários do Sul e Ilhas).

A existência de tendências organizadas, a sua expressão ao nível de toda a estrutura sindical, o recurso ao referendo e, a constituição de sindicatos verticais/sectoriais têm demonstrado - apesar da forte partidarização sindical - potenciais possibilidades de democratização dos sindicatos, propiciadora do alargamento da participação dos trabalhadores nas decisões e da sua organização ao nível da empresa, sector ou região.

Com base nas experiências e na análise da actuação das forças sindicais, sem tomar partido na "guerra das centrais" (contrária aos interesses dos trabalhadores), não se pode deixar de admitir que estão presentes dois factores positivos no movimento sindical - democracia directa e democracia representativa - cuja complementarização é imprescindível se, com rigor, se pretende aprofundar a identidade entre a organização sindical e os interesses e direitos dos trabalhadores, dinamizadora de um forte e responsável movimento sindical, essencial ao desenvolvimento e aprofundamento do regime democrático. Para decidir a greve é tão necessária a acção da estrutura sindical, a agitação, o plenário, quanto a decisão íntima, individual e consciente o voto, no cumprimento rigoroso da vontade dos trabalhadores, democraticamente expressa: mais democracia através da síntese dos dois factores apontados, da "fusão" das duas práticas sindicais. A democracia directa tem-se revelado adequada e mobilizadora na luta sindical, a democracia representativa é essencial na decisão e no comprometimento de todos os trabalhadores.



## 2. A EMPRESA, OS TRABALHADORES E A DEFESA DOS SEUS DIREITOS

A expressão sindical ao nível da Empresa deixa de fazer sentido se apenas entendida como prolongamento do Sindicato num local de trabalho. Quando a estrutura sindical de empresa se limita a "representar" o Sindicato torna-se vulnerável e incapaz de se reproduzir. Ser delegado sindical transforma-se num pesado fardo, cada vez mais insuportável para a esmagadora maioria dos trabalhadores. É mais fácil assim reduzir a participação dos trabalhadores na empresa à prestação de "trabalho" em troca (nem sempre) do salário.

Os Sindicatos abandonam assim (salvo raras excepções) uma área fundamental de intervenção ao nível da empresa e do respectivo sector de produção, com real incapacidade de formular respostas a muitos problemas imediatos: Qual a situação económica e financeira da empresa? Papel da empresa no sector de produção - ao contexto da economia regional e nacional. Interesses em jogo. Futuro da empresa - defesa dos postos de trabalho.

A acção sindical ao nível da empresa ganha ainda maior actualidade na presente situação de crise, aumento de desemprego e consequente afastamento dos trabalhadores dos Sindicatos (maior des-sindicalização), e permite identificar e clarificar os interesses contraditórios dos trabalhadores da mesma empresa, de diferentes empresas ou sectores, de diferentes regiões. E a acção sindical não pode deixar de tomar em linha de conta esses interesses contraditórios, da mesma forma que deve orientar-se na defesa dos interesses específicos comuns dos trabalhadores e independentemente dos quadrantes político-ideológicos das Centrais ou Sindicatos em que estão filiados): a defesa da sua dignidade de trabalhadores e cidadãos;

- a luta por melhores condições de vida e de trabalho;
- a sua condição de trabalhadores;
- o direito à participação plena das decisões.



## 3. TENDÊNCIAS/SINDICATOS/CENTRAIS SINDICAIS - pulverização e partidari- zação do movimento sindical

Nas Centrais Sindicais (CGTP, UGT e FENSIQ - que recentemente se reivindicou de Central de Quadros) participam, com maior ou menor expressão, várias correntes sindicais ou tendências, mais ou menos organizadas.

Mais do que os projectos sindicais são os partidos políticos que as dividem.

A partidarização excessiva do movimento sindical tem facilitado e mesmo incentivado a sua pulverização. Os sindicatos existentes (cerca de 300) são de natureza diversa (profissionais, sectoriais, regionais, distritais, de empresa, etc.) e exprimem, ainda, o corporativismo que esteve subjacente à sua criação em 1933.

Verifica-se assim, a existência de vários sindicatos no mesmo sector (mais de 30 na Função Pública), tendo-se acentuado a tendência à pulverização sindical (regional e profissional) com a criação de sindicatos "paralelos" próximos ou filiados ou afectos à CGTP (Professores do Norte, do Centro, Escritórios, Construção Civil e Cerâmica de Aveiro, a que previsivelmente se juntarão novos sindicatos nos sectores bancário e segurador).

Tendências sindicais:

Democrata-Cristã - Federação dos Trabs. Dem. Cristãos (FTDC) - CDS

Social Democrata (UGT) - PSD

TESIRESD (UGT) - PSD

Socialista (UGT) - PS

Autogestionária (UGT) - UEDS

" " (CGTP) - UEDS+BASE/FUT

Socialista (em formação)(CGTP)

de Classe (CGTP) - UDP/PCP(R)

do PCP (maioritária na CGTP)

§ § § § § § § § § § §

4. PACTO SOCIAL - legislação laboral

Ainda em período eleitoral, as forças políticas que hoje constituem o Governo defenderam a institucionalização de um Pacto, Acordo ou Contrato Social, por considerarem que a situação económica e financeira nacional exige que a confrontação dos parceiros sociais assuma formas de consenso alargado.

Os parceiros sociais responderam ao desafio com as suas reivindicações e contra-propostas. Generalizou-se o debate sobre o tema e o Governo apostava (e ainda diz apostar...) na sua concretização.



O patronato (Associações patronais) defendeu as suas reivindicações, o seu Pacto Social. O movimento sindical, dividido como está, sem concertação entre si próprio, não apresentou propostas claras: UGT e CGTP estão disponíveis para um Acordo Social mas em diferentes condições. A UGT reivindica um "Acordo Social Global" sem nunca explicitar as contrapartidas para os trabalhadores. A CGTP está contra um Acordo negociado com um Governo em que participa um dos partidos da AD e, segundo Álvaro Cunhal (Porto, 21/5/83) "lutará sem tréguas contra o Pacto Social".

O debate surgiu viciado. Os Sindicatos e as Centrais reproduziram, uma vez mais, as posições partidárias em vez de levantar algumas questões práticas que vão de encontro aos problemas concretos que se colocam aos trabalhadores:

- face às derrotas (pesadas) dos últimos anos e à crise económica-financeira (que não é só), como defender o emprego?

- face aos "tectos salariais" (que mesmo revogados estão em vigor...), aos salários em atraso e à vaga de legislação anti-laboral que se vinha desenhando desde o governo AD, como defender a contratação colectiva?

- como contrariar, ou minimizar, a queda livre dos salários reais?

- Seria possível (com este Governo e o patronato que temos) e desejável um Acordo Social?

Qual a proposta do Movimento Sindical? Acordo Bipartido ou Tripartido?

- Nos dias de hoje, e cada vez mais, não deverá o Movimento Sindical reivindicar uma mais justa distribuição da riqueza, a melhoria dos serviços sociais, a repartição do poder, em vez de se refugiar na exigência do pleno emprego (que as sociedades actuais cada vez mais põem em causa)?

A diminuição dos salários reais, o aumento do desemprego, o insucesso de muitas lutas, o agravamento das condições sócio-laborais, a real inexistência de diálogo por parte do actual Governo (os Sindicatos são chamados para tomarem conhecimento dos diplomas já aprovados), a política do facto consumado, a ausência de um verdadeiro Código do Trabalho (a actual legislação laboral está cheia de incongruências e contradições) e, finalmente, a situação de grave crise económica e financeira e os riscos que acarreta à democracia, justificam a necessidade e urgência em o movimento sindical formular uma proposta de Acordo Social, dos Trabalhadores, exigindo contrapartidas capazes de garantir a diminuição dos custos (pa-





ra os trabalhadores) da crise, contribuindo assim, de forma responsável e exemplar, para a consolidação e aprofundamento do regime democrático no nosso país.

- Acordo Tripartido - atendendo à presente situação de crise; ao conservadorismo do patronato demasiado retrógrado, com uma arreigada concepção de "posse" da sua empresa e mesmo dos seus trabalhadores, que não reconhece a função social da empresa e da produção da riqueza ( e sua distribuição); ao peso do sector público e administrativo do Estado (empresas públicas, função pública).

- Contrapartidas ao nível dos serviços sociais (Segurança Social, Fundo de Desemprego), Fundo de Habitação Social; repartição do poder - participação do movimento sindical nas instituições, com poder de decisão (Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Conselho Económico e Social, etc.); Legislação Laboral.

Acordo, negociação e participação plena dos Sindicatos para que "certas medidas" (imposto 2,8%, "lay-off", e o que está para vir...) não possam ser impostas aos trabalhadores (e servir de pretexto a acções e protestos à posteriori...), a não ser que o Governo (este ou outro), recuse a proposta (que não virá?) do Movimento Sindical, por não estar o Governo interessado em qualquer Acordo Social ou por reconhecer que a actual situação já não comporta o diálogo dos parceiros sociais com o Governo... nem há contrapartidas possíveis...

##### 5. PAPEL DO MAD: Contribuir para CRIAR NO MOVIMENTO SINDICAL UM ESPAÇO DE VERDADE

Um Movimento Sindical forte e responsável, independente dos (partidos) Governos possíveis, criativo e participado, é imprescindível à consolidação e aprofundamento da democracia. Contra a pulverização, partidarição e a marginalização do movimento sindical, o MAD pode e deve dar um sério contributo para criar um espaço de verdade no movimento sindical, de modo a que "quem trabalha saiba o que produz e para o que produz e seja um sujeito activo da reconstrução económica".



## 2.6 - AMADURECER CULTURA - Cecilia Barreira

Alguém dizia que a linguagem é uma pele (Roland Barthes). Porque acaricia, rompe, quebra, violenta, possibilita, enfim, o encontro das pessoas num espaço paradigmático a que se designa fala.

A Cultura passa, mais do que nunca, pela linguagem; a da fala, da pele, dos gestos, das sensibilidades, dos gostos, das memórias, dos traços que se inscrevem num quotidiano. Também ele efusivamente multifacetado e diferente a cada passo.

Porque a Cultura não se circunscreve às obras eruditas que se arrumam nas estantes das bibliotecas - embora, também seja isso -; Porque a Cultura se encontra na boca (não da praxis) detodo o mundo perdendo cada vez mais um sentido, uma vibração orgânica, esvaziando-se de um conteúdo, de um apelo ao que de mais estimulante os povos se recriam nos imaginários e nos sonhos; Porque o MAD é a possibilidade de subversão dos códigos, dos estratagemas e das inconsistências que o senso comum preza como seus; então, que este mesmo Movimento assuma o papel de vanguarda intelectual que deveria ser, no que respeita à desobstrução das opacidades culturais deste Colectivo/Povo/Gente que se deseja País.

Não que seja necessário programar tudo, para se existir e se agir. Mas porque num País com ingentes desproporções culturais - cidade/campo; grupos sociais; litoral/interior; etc., etc., - agir pressupõe um saber como.

Se o MAD pretende intervir culturalmente que o faça concretizando as ideias primeiras que o fundamentaram e lhe grangearam uma existência enquanto grupo.

Como tal, propõe-se,

1. Ao nível de um intervenção cultural de base: que as coordenadoras regionais, para além de um necessário apoio às actividades de animação cultural, nas autarquias e nos locais de trabalho, possibilitem a formação de um grande centro de animação nas principais cidades, preenchido com Teatro, projecção de filmes, música, conferências, diversões várias. Esse grande centro, na impossibilidade financeira de existir imediatamente, seria antecedido por actividades culturais de reconhecido interesse e impacte na(s) opinião(es) pública(s). Exemplos: Porque não o MAD possuir o seu próprio (ou os seus próprios na pluralidade) é que



vai o ganho...) grupo de Teatro; a sua própria equipe (rotativa e o mais alargada possível, em consonância com a REDE que somos nós todos) de animação cultural para um grande público?

Se queremos falar de aborto, se pretendemos dissecar a condição da mulher na sociedade portuguesa, a opressão e as opressões das máquinas burocráticas, porque não transmitir as mensagens em forma de arte, (filmes, música, etc., etc.,)? Pelo espírito de invenção e de criatividade se ausculta a respiração de um Movimento.

2. Ao nível de uma análise e reflexão teóricas: que o MAD, enquanto Movimento que se impôs exigente e se estruturou na exigência de uma qualidade no pensar e no agir, não descure a reflexão sobre a Cultura, sobre a Política Cultural, sobre as hipóteses de sermos Cultura. Em torno também, da nossa autognose; em torno da identidade de um Povo que ainda não desistiu de se redescobrir. É importante que se estructurem grupos de reflexão teórica nas áreas de (por ex.):

- a. - Cultura, Intervenção Cultural e Aculturação.
- b. - Portugal aos 80: que caminho percorrido; que caminho a percorrer (do ponto de vista cultural e educacional).
- c. - Anti-cultura e formas de opacidade cultural no Portugal de hoje.

3. Ao nível de uma Comunicação mais directa do MAD com o público (ou os públicos) seria interessante que se publicassem os estudos teóricos que o Movimento fosse elaborando em torno das grandes questões culturais: livros, estudos, folhetos, revistas, teriam cabimento numa actividade editorial específica, a qual primaria pelo rigor, pela inovação e pela atitude crítica das suas publicações.

Serão utópicos estes três pontos assinalados? Ambiciosos?

Provavelmente. Contudo, mesmo que a concretização material dos mesmos não seja possível a curto prazo, a estruturação da Área de Intervenção Cultural encontra-se por repensar.

O MAD tem de se voltar para fora de si próprio, com risco de se esgotar na periclitante teia da reflexão para exclusivo uso interno.



2.7 - ÁREAS DE REFERÊNCIA PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AO DOCUMENTO - Nunes  
Carneiro

I-Quadro de referência: sua necessidade

(acrescentar como ponto 0. antes do ponto 1.)

0. O objectivo fundamental do Movimento para o Aprofundamento da Democracia-MAD é a concretização de um novo modelo de desenvolvimento económico, social e cultural que, aliada a uma nova prática política, conduza a sociedade portuguesa para um futuro diferente daquele que a situação presente parece indiciar. Para tal é indispensável que, no quadro da liberdade e da democracia política, da superação da crise resulte não apenas um crescimento económico, mas uma cada vez maior justiça social e uma cada vez mais ampla democracia cultural.

Este modelo de desenvolvimento, apesar de estar implícito desde 25 de Abril de 1974, foi sucessivamente adiado. Por isso, a tarefa que agora se coloca é a de, no mais amplo debate, repensar a situação presente e perspectivar um outro futuro, com propostas sectoriais concretas, numa perspectiva globalizante de transformação da sociedade portuguesa.

Nesse sentido, o MAD, enquanto movimento cívico de reflexão e acção, representa um espaço de diálogo entre múltiplas experiências, formas de intervenção e correntes de opinião, que, na sua diversidade, buscam o aprofundamento da democracia com a consequente a realização das esperanças que o povo português mantém vivas desde 25 de Abril de 1974 e que, no essencial, estão consagradas da nossa Constituição.

D. ÁREA DA CULTURA, DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DO ENSINO

(Este ponto deveria ter a seguinte formulação):

1. A cultura constitui também uma área prioritária de reflexão e acção e deve ser entendida como uma preocupação sempre presente em todas as outras áreas e nas acções que aí se desenvolvam.

A liberdade é a condição essencial e primeira para a verdadeira criação cultural.

Em Portugal, no entanto, as ameaças à liberdade cultural são inúmeras: constante dependência de interesses comerciais que pouco ou nada têm a ver com cultura; insuficiências materiais da esmagadora maio



ria dos criadores culturais; elevado índice de analfabetismo; difícil, senão impossível, acesso ao ensino e à cultura por parte da maioria da população; promoção, através de grandes meios de comunicação (ex.:TV), de diversas formas de atrofia mental e degenerescência cultural; inexistência de uma política de apoio às colectividades locais de cultura e recreio, verdadeiro repositório de cultura popular e, quantas vezes, local único de participação das populações na prática cultural;

2. A resolução do problema cultural passa pela resolução de duas questões-chave complementares:

- a criação cultural não pode continuar a ser tolerada, deve, bem pelo contrário, ser apoiada a todos os níveis; fazer cultura não poderá continuar a ser uma acção marginal à sociedade, deve antes ser um elemento fundamental do desenvolvimento equilibrado da sociedade;
- o acesso à cultura e ao ensino deve ser entendido como um direito universal e não como um privilégio de uma minoria; para que tal aconteça, é indispensável uma transformação radical da estrutura económica e das condições de vida da maioria da população;

3. Estas duas questões estão intimamente interligadas entre si e dependentes de factores que ultrapassam a área cultural. No entanto, alguns temas devem ser debatidos no MAD como parte integrante da análise da situação presente e uma perspectiva global de desenvolvimento.

Eis alguns exemplos:

- apoio estatal aos vários agentes culturais (artistas, colectividades, associações de defesa do património, grupos de teatro, etc); este apoio não deverá, no entanto, cingir-se aos subsídios, antes deverá compreender uma outra forma de compreender a cultura e passa, como todas as outras medidas necessárias, por uma nova política.
- criação das condições económicas indispensáveis para o acesso ao ensino, em posição de igualdade, da maioria da população;
- criação de melhores condições de vida para a maioria da população, visto que só pela elevação do nível material será possível o despertar para a cultura;
- com estatuto de relativa autonomia no que concerne aos seus agentes, o ensino deve articular-se com as exigências de transformação necessárias à viabilização de um novo modelo de desenvolvimento e confrontar-se com os parâmetros que dele decorrem;
- as escolas, instituições segregadoras de ideologia e doutrinas



oficiais, admitirão a presença de alternativas propostas ao bloqueamento da situação portuguesa;

- os incentivos à criação cultural (literária, artística ou outra) não podem continuar a ser verbo de encher nos discursos de campanhas eleitorais;
- utilização da televisão como difusor da cultura (em especial da portuguesa) junto de vastas camadas que normalmente estão dela alheadas;
- nova orientação em relação à difusão do livro, do cinema, e de outras manifestações culturais que se fazem em Portugal por autores portugueses;
- a comunicação social pode (e deve) ser usada para formar, informar e comunicar; deve imperar o respeito pela sua independência, impedindo-se a sua abusiva utilização como meio de degenerescência cultural ou como factor de condicionamento do comportamento socio-político; a existência de uma imprensa livre é ainda factor determinante na informação e formação da opinião pública, e, nessa medida, é também factor determinante da existência da democracia; actualmente, em Portugal, são notórias as condicionantes que oprimem os jornalistas: censura e, pior do que isso, a auto-censura, além de outras formas ilegítimas de repressão; por seu turno, o público não deve continuar a ser o eterno receptor passivo, sendo de estudar novas formas da sua participação na produção jornalística;
- apoio aos novos autores; se até os chamados consagrados vivem, hoje, dificuldades, que dizer dos jovens? Para eles, a publicação de um livro ou a realização de uma exposição, continua inacessível;
- as raízes histórico-culturais do país, mais do que preservadas, devem ser reconquistadas; a política de protecção do meio ambiente, do património monumental, arquitectónico e artístico e da cultura popular, tem que ganhar foral de cidadania através da sua permanente presença em tudo quanto é acção planeada nas diversas esferas: na regionalização, no planeamento económico e no ordenamento territorial, na administração e na política externa;
- alfabetização de adultos: que perspectivas?

---

#### NOTA FINAL

O documento deve ter sido escrito por várias pessoas, notando-se certas discrepâncias formais de uma parte para outra. Se fosse possível, sugeriria-vos que ele fosse reescrito, na sua versão final, por uma única pessoa, de forma a dotá-lo de uma uniformidade de estilo e, até, de linguagem.



## 2.8 - PROPOSTA ALTERNATIVA AO ÚLTIMO PARÁGRAFO, PÁG. 13 D. - GRUPO DE EDUCAÇÃO DO PLENÁRIO.

A Educação deverá ser concebida como um conjunto de actos sociais, que visam contribuir para uma formação global e permanente de todo o cidadão.

Nas suas duas vertentes - formal e não formal - tem a educação de ser simultâneamente integradora, mobilizadora e valorizadora das riquezas culturais de todo um povo, bem como ser capaz de oferecer, a todos, valores culturais e éticos e conquistas científicas e técnicas da humanidade.

Consciente da intervenção que fatalmente tem a nível ideológico, movendo-se dentro de parâmetros constitucionalmente aceites como comuns, a Escola deverá conquistar um espaço de autonomia progressivamente crescente, consonante com o contexto sócio-cultural em que se insere. Esta conquista deverá acontecer concomitantemente com a real democratização e consequente desenvolvimento cívico, sócio-cultural e económico de todo o país.

Apesar de já nela se terem verificado algumas alterações positivas, a Escola terá que abandonar características que ainda tristemente a marcam, como sejam o facto de conservar, reforçando o que acontece globalmente na sociedade, aspectos elitistas, selectivos e repressivos. Deverá pelo contrário, contribuir para uma real democratização do ensino não caracterizada por oferecer uma falsa igualdade de oportunidades mas sim por contribuir seriamente para a consecução de resultados que dentro de uma diversidade enriquecedora e socialmente valorizada por igual, sejam de qualidade semelhante quer a nível geográfico quer a nível social.

### Moção

Na reunião de vários núcleos de Educação realizada neste Plenário Nacional, depois de uma apresentação breve do trabalho realizado ou em perspectiva de cada grupo, decidimos que:

- 1º - vamos orientar a nossa reflexão/intervenção segundo duas vertentes: uma, de procura de resposta a questões concretas reconhecidas como exigindo o nosso contributo (ex: ensino técnico-profissional; regionalização e ensino), dependendo esse envolvimento da leitura própria e da iniciativa de cada núcleo; outra, de aprofundamento interno das ideias-chave que temos sobre Educação com vista à ela-



boração de um pensamento comum e de um documento-base sobre Educação.

2º- vamos procurar uma inter-acção entre os núcleos através das pessoas de contacto (que identificamos) comunicando quer as iniciativas dos vários núcleos (sua reflexão, material de suporte, etc) quer o processo de reflexão para o documento-base.

3º- em Maio realizaremos um encontro nacional para partilha do trabalho dos núcleos e elaboração final do documento.

# Fundação Cuidar o Futuro





2.9 - COLONIZAÇÃO, DESCOLONIZAÇÃO E COOPERAÇÃO - GRUPO DE TRABALHO "ESTUDOS DAS RELAÇÕES CULTURAIS COM OS PAÍSES AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA"

O núcleo para o Estudo das Relações Culturais com os Países Africanos de Língua Portuguesa sugere que o MAD fundamente uma proposta de aproximação cultural com as ex-colónias levando em linha de conta as características dos três fenómenos que se interrelacionam: colonização, descolonização e cooperação.

A colonização, nos diversos aspectos que a caracterizam, representa uma interpenetração cultural que se manifesta no comportamento dos diversos povos que viveram quatro séculos no mesmo espaço sócio-geográfico.

Se assim é, torna-se imperativo pesquisar as manifestações deste longo período, o que nos obriga a limitar a recolha aos tempos históricos em que se podem objectivar documentos de proveniência certa, e cujos efeitos nos dois outros fenómenos nos parecem indiscutíveis. Propomo-nos a estudar o lapso temporal que vai do fim da monarquia à época actual, seguindo os diversos aspectos da actividade humana naqueles territórios.

Deve ser feita recolha de legislação da 1ª República, do Estado Novo, antes e depois da guerra colonial e dos Governos de Transição nas áreas da Educação, da Saúde, da Habitação, do Direito à Propriedade, ao Trabalho, e os respectivos Orçamentos.

Descrições do comportamento das populações nos cantares, nos rituais, nas danças, no baptizado, no casamento, na iniciação sexual, nas festas, no traje, nos hábitos alimentares e na morte.

Definir a filosofia política que presidiu à ocupação dos territórios, à emigração para a África, às migrações internas. Estudar as normas de convivência social das raças e a importância da mestiçagem, o colonialismo social e económico.

A análise da evolução da actividade política nas antigas colónias, a Oposição ao regime Salazarista, os separatismos e os movimentos emancipalistas. As eleições presidencialistas em 1958 e reprecursão nas antigas colónias; o assalto ao Santa Maria, o deflagrar da guerra colonial. As contradições do regime: a emigração europeia e as dificuldades para os antigos territórios africanos.

A degradação do fascismo e as contradições do capitalismo português: os compromissos com as multinacionais e o desenvolvimento das colónias. O isolamento político e a revolução.

A descolonização: solução militar e política. Estudo das disposições



legais do período de transição. Os Retornados e o vazio técnico-profissional dos novos Países.

A cooperação: legislação não planificada, As indefinições do Estado Português nas Relações com os novos Países: estudo das linhas de acção, dos acordos gerais e sectoriais.

Alguma bibliografia:

- Discurso sobre o colonialismo - Aimé Césaire
- Colonialismo e Lutas de Libertação - ed. ARQUIVO I/AFRONTAMENTO
- História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde - PAIGC, 1974
- Problemas do Desenvolvimento de Angola - WALTER MARQUES
- Roteiro da Literatura Angolana - CARLOS ERVELOSA
- Despacho nº 278/79

Fundação Cuidar o Futuro

